



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

**ATA DA REUNIÃO PARA FORMAÇÃO
DO CONSELHO DA FLORESTA
ESTADUAL DO PARU E RESERVA
BIOLÓGICA MAICURU (Almeirim).
REALIZADA DIA 30 DE JULHO DE
2009.**

Ata da Reunião para a Formação do Conselho Gestor da Floresta Estadual do Paru e Rebio Maicuru, aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e nove, às nove horas, no auditório da Fundação Orsa, distrito de Monte Dourado, município de Almeirim, Pará, teve início a reunião para formação do Conselho da Floresta Estadual do Paru – Flota Paru, e Reserva Biológica Maicuru – Rebio Maicuru, a qual foi dirigida por técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, Senhora Auristela do Carmo – Bióloga e Técnica em Gestão Ambiental, a Senhora Claudia Leitão – Pedagoga e Técnica em Gestão Ambiental e o Senhor Joanísio Mesquita, Sociólogo e Técnico em Gestão Ambiental que secretariou a reunião, em conjunto com a Senhora Jakeline Pereira, Engenheira Florestal, o Senhor Amintas Brandão, Engenheiro Ambiental, ambos do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON, Senhor Roberto Palmieri e Yanina Sammarco, ambos do Instituto de Manejo e Certificação Florestal – IMAFLORA. As referidas instituições pertencem ao consórcio da calha norte. A reunião contou com a participação de quarenta e seis representantes de órgãos públicos, privados, sociedade civil organizada e comunidade. Durante o período matutino a Senhora Auristela do Carmo fez a abertura da reunião e falou dos seus objetivos, em seguida expôs a gênese das unidades de conservação no Estado do Pará, e qual a função da SEMA na gestão dessas unidades. Em seguida, a Senhora Yanina Sammarco pediu que cada participante se apresentasse. Após as apresentações, a Senhora Yanina fez um histórico das áreas protegidas, como surgiram no Brasil e sua importância para a conservação da natureza. Falou também de como essas unidades são geridas, e qual o papel dos conselhos gestores na sua administração. Às dez horas e trinta minutos houve intervalo. Às onze horas a Senhora Yanina Sammarco continuou a



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

falar sobre as unidades de conservação e o conselho gestor. A Senhora Graça (AMOEXPA) questionou a criação de uma base da SEMA no município de Monte Alegre, e não em Almeirim, onde está localizada a maior parte da Flota do Paru, afirmou que o governo do Estado é culpado pela degradação ambiental que existe na região, por não se antecipar aos grileiros de terra, pois antes o Estado só apoiava criadores de gado, hoje está tentando preservar o que sobrou. A Senhora Auristela do Carmo respondeu, que a SEMA pretende gradativamente descentralizar suas atividades, para atender as demandas de cada município, e que o município de Monte Alegre está localizado em um ponto estratégico da região da Calha Norte. A Senhora Thais (ICMBIO), afirmou que disponibiliza uma sala no prédio do ICMBIO, caso a SEMA pense em criar uma base em Almeirim. A Senhora Val (IBAMA), comentou que as demandas da região exigem a presença da SEMA, pois muitos processos de produtores locais ficam atrasados em Belém. O Senhor Garcilácio Brilhante (Fundação ORSA), questionou como os garimpeiros existentes dentro da Flota Paru seriam contemplados no plano de manejo da unidade de conservação. A Senhora Auristela respondeu, que a legislação nacional não prevê nenhuma ação garimpeira em unidades de conservação, e que a SEMA não está fechada para o diálogo. Entretanto, não fará nada sem amparo legal. A Senhora Rosa (AMOEXPA) afirmou que sempre lutou pelo castanhal onde mora e trabalha, e que hoje o Estado quer ser dono de tudo, questionou se com a criação da unidade de conservação, sua família perderia o direito sobre suas terras. A Senhora Auristela respondeu, que o Estado através da SEMA busca defender o interesse da coletividade garantindo que todos continuem fazendo uso dos recursos da floresta de maneira sustentável, pediu que todos tivessem paciência e aguardassem a criação do conselho gestor da unidade. Às treze horas a Senhora Auristela do Carmo Anuncio o intervalo para o Almoço. As atividades da tarde iniciaram às quinze horas. A Senhora Yanina Sammarco continuou a falar sobre o conselho gestor. Em seguida, o Senhor Roberto Palmieri apresentou os limites da Flota Paru, os municípios onde está inserida e falou das dificuldades de compor um conselho gestor que atenda as demandas de uma Unidade de Conservação tão extensa, considerando que a Flota ocupa apenas dezoito por cento do município de Alenquer, dezessete por cento de Monte Alegre e cinquenta e



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

oitos por cento de Almeirim, em seguida, expôs a proposta de formação do Conselho. O Senhor Bruno Brilhante (STTR) questionou se as vagas do conselho gestor eram proporcionais ao tamanho ocupado pela unidade de conservação em cada município. A Senhora Yanina Sammarco respondeu, que as vagas seriam dispostas de acordo com o uso e relação que cada município tem com a unidade de conservação. O Senhor Bruno Brilhante questionou quanto à regularização da entidade que quisesse fazer parte do conselho, se poderia ter alguma pendência fiscal. A Senhora Auristela respondeu, que bastava a entidade apresentar a documentação exigida pela legislação atual. A Senhora Ayla Fernandes (Fundação ORSA) questionou o motivo do conselho das Flotas ser consultivo, não deliberativo, uma vez que o conselho gestor da RDS e da RESEX é deliberativo. O Senhor Roberto Palmieri respondeu, que essa é uma determinação da legislação ambiental. A Senhora Thais afirmou que a gestão das RDS e das RESEX é feita por quem reside dentro dessas unidades, diferente das Flotas e Rebios, que são geridas pelo Estado. O Senhor Garcilucio questionou se havia interesse da AIMEX e FIEPA em fazer parte do conselho, uma vez que não estavam representados nas reuniões de sua composição. O Senhor Roberto Palmieri respondeu, que a AIMEX e a FIEPA atuam em escala estadual, e já manifestaram interesse em participar em participar do conselho gestor da Flota Paru. A Senhora Ayla Fernandes apresentou a Fundação Orsa como representante do conselho na área de educação ambiental. A Senhora Thais defendeu a representação da fundação Orsa, afirmando que ela oferece uma boa infraestrutura e possui experiência na área de educação ambiental em Almeirim. O senhor José Pereira (Jari-socioambiental) sugeriu o nome da Jari-socioambiental como representação dos garimpeiros no conselho. A Senhora Auristela do Carmo respondeu, que a presidenta da Jari-socioambiental, Sandra Moret, já havia sido informada pela SEMA, que não seria possível legitimar nenhuma ação garimpeira em unidades de conservação, pois tal ato seria contrário a legislação ambiental. A Senhora Kátia Regina (Produtores Florestais Certificados da Amazônia) sugeriu a PFCA como representação do setor produtivo de grande escala, uma vez que esta instituição atua em diversos municípios da Amazônia. O Senhor Manoel Santos (Cooperativa extrativista de produtores do vale do Jarí) sugeriu a CEPVJ como representante do setor produtivo local. Houve um impasse entre a CEPVJ e a



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

COMAPEJ, sobre a representação no setor produtivo local. Os representantes de cada instituição, o Senhor Manoel Santos e o Senhor Magnandes Cardoso (COMAPEJ), foram convidados pelo Senhor Roberto Palmieri a discutir fora da reunião quem ficaria com a representação. Ao retornarem, não haviam chegado a um consenso, fato que levou o Senhor Roberto Palmieri a afirmar, que caso não decidissem por uma representação, a SEMA escolheria em Belém uma das instituições. A Senhora Auristela falou da importância de escolher de maneira democrática os representantes do conselho gestor e garantiu que a SEMA quer que esse processo seja transparente e participativo. O Senhor Manoel Santos abdicou de manter a CEPVJ como representante do setor produtivo local. Em seguida, o Senhor Roberto Palmieri apresentou a composição do Conselho Gestor da Flota Paru em Almeirim: Prefeitura Municipal de Almeirim (titular e suplente – poder executivo de Almeirim), Câmara de Vereadores de Almeirim (titular e suplente – poder legislativo de Almeirim), Fundação Orsa (suplente – setor educação ambiental e proteção ambiental), AMOEXPA e APROFLORA (titular e suplente - setor extrativista de Almeirim), STTR de Almeirim (titular e suplente – STTR de Almeirim), Orsa florestal e COMAPEJ (Titular e suplente - Setor produtivo local – Almeirim). A Senhora Auristela explicou, que a SEMA enviará um ofício para cada instituição oficializando as representações no Conselho Gestor. Acrescentou, que as instituições deverão reunir-se e votar o conselheiro. Disse também, que terão trinta dias para enviar os documentos (ata da reunião e documentos da instituição e conselheiro) para a SEMA. Às dezesseis horas, a Senhora Auristela agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Almeirim-PA, 30 de julho de 2009